

O EU E O OUTRO: UM ESTUDO DE CONTOS DE BORGES A PARTIR DA TEORIA ENUNCIATIVA DE ÉMILE BENVENISTE

Ingrid Roberta Freitas da Silva (UEA) ¹

Juciane Cavalheiro (UEA) ²

Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando com outro homem que encontramos no mundo, assim, a linguagem ensina a própria definição de homem.

Émile Benveniste (*Problemas de Linguística Geral I* p. 285)

RESUMO:

Nos contos de Jorge Luis Borges, a subjetividade e a alteridade evidenciam-se de diversas formas, o que também se dá por presença do duplicado, seja o mesmo ou não. Dessa forma, o presente estudo objetiva verificar como se opera a relação entre o *eu* e o *outro* em contos selecionados de Borges, a saber: “A forma da espada” e “O outro”, mediante a ideia de subjetividade e intersubjetividade representada na teoria enunciativa de Émile Benveniste, sobretudo a partir do seu sistema pronominal (eu/tu/ele).

Palavras-chave: Benveniste; enunciação; contos; Jorge Luis Borges; Literatura hispano-americana.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Jorge Luis Borges nasceu em Buenos Aires, Argentina, em 24 de agosto de 1899. Sua paixão pela literatura teve início na biblioteca de seu pai, Jorge Guillermo, que, de acordo com Borges (2009, p. 13), teria lhe mostrado o poder da poesia, pois as palavras eram, além de um meio de comunicação, símbolos e música. Borges (2009), em seu livro autobiográfico, relata-nos que iniciou sua experiência com a escrita por volta dos seis ou sete anos. Nessas primeiras produções, encontra-se um manual de mitologia grega, caracterizado por ele como um plágio. Do mesmo modo, ao imitar os clássicos espanhóis, como Cervantes, escreveu seu primeiro conto no mesmo estilo que intitulou “La visera fatal”. Aos nove anos, entregou a tradução de *O príncipe feliz*, de Oscar Wilde, a um dos jornais de Buenos Aires, “El País”, no qual foi publicada. Ele assinou apenas “Jorge Borges”, dessa forma as pessoas atribuíram a

¹Aluna concluinte do curso de Letras da Universidade do Estado do Amazonas.

²Orientadora da aluna. Professora Associada do curso de Letras da Universidade do Estado do Amazonas.

tradução ao seu pai. Este foi apenas o início do envolvimento de Borges na literatura, diante de tudo que estaria por vir. Havia, de certa forma, uma certeza, por parte da família, que Borges seguiria a carreira interrompida do pai:

Desde minha infância (...) considerava-se de modo tácito que eu cumpriria o destino literário que as circunstâncias haviam negado a meu pai³. Era algo dado como certo (e essas convicções são mais importantes do que as coisas simplesmente ditas). Esperava-se que eu fosse escritor. (BORGES, 2009, p. 18).

O primeiro conto de Borges foi “Homem da esquina rosada”, assinado com o nome de um de seus bisavôs, Francisco Bustos. Foi escrito em homenagem ao seu amigo Nicolás Paredes, que havia falecido: “Nessa época morávamos em Adrogué; e, como sabia que minha mãe desaprovava terminantemente o tema desse conto, escrevi-o em segredo durante vários meses” (BORGES, 2009, p. 56). Os contos foram publicados no jornal “Crítica”, posteriormente, no livro *História universal da infâmia* (1935), que eram inspirados em histórias de homens reais, pessoas conhecidas, com circunstâncias modificadas. Iniciava-se, assim, a produção contística de Borges. Para Beatriz Sarlo (2008), é na modificação da produção alheia que se forma a sua autenticidade. Consoante à mesma, Ricardo Piglia (2004, p. 46) afirma: “A figura da memória alheia é a chave que permite a Borges definir a tradição poética e a herança cultural. Recordar com uma memória alheia é uma variante do tema do duplo, mas é também uma metáfora perfeita da experiência”. Essa experiência dialoga com as declarações de Borges a respeito de reescrever coisas já escritas. Para ele, é o leitor quem determina a natureza de um texto. Ele mesmo possui “falsificações redentoras” em seus escritos, pois sobre o que conhecia através dos livros, sobre o que havia lido nos livros, também escrevia.

A obra de Borges é repleta de impossíveis, improváveis, contradições, desafiando tempo e espaço com labirintos: “quando reli seus livros, descobri que, muito mais do que o labirinto, é a ideia de um objeto, lugar, pessoa ou momento que é todos os objetos, lugares e pessoas ou momentos, que aparece difusa em todos os seus escritos” (MANGUEL, 2000, p. 70). De algum modo, Borges convivia com os personagens que criava, e deles tomava algo para si: “todos eram os homens de cujo destino Borges achava que compartilhava de alguma forma” (MANGUEL, 2000, p. 67), constituindo a sua subjetividade como escritor. Talvez nisso se fundamente tantos espelhos e duplos, tema tão presente em seus textos. Assim como

³Refere-se à cegueira do pai.

o “Aleph” possui todos os lugares e pontos do universo, um alguém pode ser vários outros alguém revividos e somados, até paralelamente, ou todos, bem como Ninguém.

Borges, de acordo com Sarlo (2008), é tão inteligível para a cultura Ocidental quanto é para a cultura argentina. Ademais, segundo a pesquisadora argentina:

Pode-se ler Borges sem remetê-lo ao Martin Fierro, a Sarmiento ou a Lugones: lá estão os temas filosóficos, lá está a relação tensa, mas contínua com a literatura inglesa, lá estão o sistema de citações, a erudição extraída das minúcias das enciclopédias, o trabalho de escritor sobre o corpo da literatura europeia e sobre as versões que esta construiu do “Oriente”; lá estão os símbolos, os espelhos, os labirintos, os duplos; lá está a devoção às mitologias nórdicas e à cabala. Mas, fixando as leituras nesses limites, perderíamos a tensão que percorre a obra de Borges quando a dimensão rio-pratense aparece inesperadamente para desalojar a literatura ocidental de uma centralidade segura. A literatura de Borges é uma literatura de conflito (SARLO, 2008, p. 16 – 17).

Oduplo, que será o fenômeno observado nos contos selecionados para a análise, é entendido como uma espécie de projeção ou desdobramento, no qual o indivíduo, produto da duplicação, se torna uma “entidade autônoma que sobrevive ao sujeito no qual fundamentou a sua gênese, partilhando com ele uma certa identificação” (CUNHA, 2009, p. x). Desta forma, como um espelhamento, esta entidade, mesmo compartilhando características do seu duplo, se individualiza e concebe sua própria existência. Ainda que exista identificação, este contato pode ser positivo ou negativo.

Julio França, no prefácio do livro *O insólito e seu duplo* (2009), afirma que:

O aparecimento do duplo pode estar relacionado com o despertar da autoconsciência do sujeito. O desdobramento tem assim, muitas vezes, um benéfico poder revelador para o indivíduo, que reconhece e identifica, na semelhança do duplo, aspectos até então desconhecidos de seu próprio caráter. Outras vezes, porém, o processo revela um mal, uma doença ou mesmo a finitude da existência humana, suscitando dessa forma o horror. Os desdobramentos das imagens do eu, as autoduplicações da consciência, podem, portanto, revelar tanto a semelhança quanto a diferença. Contudo, a aversão ao “outro”, produzida pelo duplo antagônico, possui uma força ainda mais terrível: o mal aqui é identificado não com o que é radicalmente diferente, mas com algo que mantém com o sujeito estranha familiaridade (FRANÇA, 2009, p. 8).

Os contos selecionados para análise apresentam a duplicidade manifestada coincidente ao *eu*. A relação do *eu* com o *outro* se estabelece de modo heterogêneo na literatura borgiana, pois

consciente de seu tempo, bem como da cultura ocidental como um todo, Borges levou ao extremo a questão da alteridade, ou da multiplicidade, em

relação ao *eu*, pois quando se é *outro* já se é múltiplo de *um*, mais de um é qualquer possibilidade numérica, tendendo ao infinito, como *x* (CAVALHEIRO, 2015, p. 8).

Neste trabalho, analisaremos os contos “A forma da espada” e “O outro”, presentes, respectivamente, em *História Universal da Infâmia* (1935) e *O livro de areia* (1975). Esta pesquisa dar-se-á com base na teoria enunciativa de Émile Benveniste, buscando compreender como o sujeito se evidencia, mediante análise da relação eu-tu-ele nos contos eleitos.

1. Elementos da teoria enunciativa de Émile Benveniste para análise de contos de Borges

Émile Benveniste “talvez seja o primeiro linguista, a partir do quadro saussuriano, a desenvolver um modelo de análise da língua especialmente voltado à enunciação” (FLORES E TEIXEIRA, 2005, p. 29). Sua teoria, acrescentam os estudiosos, “é responsável por instaurar um pensamento diferenciado acerca da linguagem, qual seja, o de supor sujeito e estrutura articulados” (FLORES E TEIXEIRA, 2005, p. 30). Há, nos escritos de Benveniste, uma rede de primitivos teóricos, pois seus termos e conceitos são interligados uns aos outros. Para compreender o que é subjetividade, faz-se necessário o entendimento, por exemplo, da definição de *locutor* e *sujeito*. Além disso,

Há flutuação terminológica em Benveniste. É fácil encontrar, nessa teoria, termos que, apesar de idênticos do ponto de vista da expressão, são completamente distintos quanto ao seu significado (uso homonímico). Existem termos com expressões diferentes, mas que têm o mesmo conceito (uso sinonímico). Há ainda termos que adquirem nuances de sentido em diferentes momentos de reflexão do autor (uso polissêmico). Tais relações semântico-terminológicas podem ser encontradas comparando-se alguns textos entre si e mesmo dentro de um único texto. (FLORES, 2013, p. 34)

Para nossa análise, escolhemos os textos que abordam a categoria de pessoa/não pessoa e seus desdobramentos, a saber: “Estrutura das relações de pessoa no verbo”, “As relações de tempo no verbo francês”, “A natureza dos pronomes” e “Da subjetividade na linguagem”, presentes em *Problemas de Linguística geral I* (2005); “A linguagem e a experiência humana” e “O aparelho formal da enunciação”, presentes no livro *Problemas de Linguística Geral II* (2006).

O objeto do linguista, segundo alguns estudiosos de sua teoria, não é o sujeito e suas ações, mas o modo como se representa, e é a partir da linguagem que teoriza a constituição da subjetividade, ou seja, a possibilidade de o locutor se propor como sujeito, não somente, pois é necessária a presença de um *outro* para que isso ocorra: “cada locutor se apresenta como

sujeito, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a ‘mim’, torna-se o meu eco – ao qual digo *tu* e que me diz *tu*” (BENVENISTE, 2005, p. 286).

De acordo com o autor, “a linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor *apropriar-se* da língua toda designando-se como *eu*” (BENVENISTE, 2005, p. 288, destaques do autor). É desta forma que se fundamenta a afirmação de Benveniste ao considerar que *eu* e *tu* não possuem existência como signos vazios, mas se tornam plenos justamente na atualização da instância do discurso, essa que é única a cada apropriação. Portanto, Benveniste compreende a constituição da subjetividade a partir de certas categorias, dentre as quais encontram-se os pronomes, necessários para a expressão de pessoa: “o fundamento da subjetividade é dado pela categoria de pessoa presente no sistema da língua mediante determinadas formas (o pronome ‘eu’, por exemplo)” (FLORES E TEIXEIRA, 2005, p. 33). Esta subjetividade é fundamentada na passagem de locutor a sujeito, pois aquele, ao apropriar-se da língua, reveste-se como sujeito, sendo isso uma consequência desta apropriação.

Ademais, Benveniste (2005, p. 286) afirma que é necessário um contraste para que o sujeito tenha consciência de si mesmo: “é a intersubjetividade que viabiliza o uso da língua. O sujeito é constitutivo da língua porque sua existência dela depende e nela se realiza” (FLORES, 1999, p. 191), ou seja, quando o locutor diz *eu*, se dirige a um *tu*, o que implica reciprocidade, de forma que o *tu* passa a ser *eu* e o *eu* passa a ser *tu*. É desta forma que cada locutor se propõe como sujeito, necessitando de um alocutário para que a constituição se realize.

A linguagem é a subjetividade colocada em prática, a possibilidade de sua constituição, na qual o foco não é apenas o *eu*, e sim a relação de interação entre o *eu* e o *tu*, daí é perceptível a importância do *outro* para essa constituição. Ou seja, temos a pessoa que fala, aquela com quem se fala e aquela de quem se fala. O *eu* e *tu* são as pessoas implicadas em um discurso; *ele* é enunciado por *eu* e *tu*. Como *ele* não enuncia, Benveniste questiona a sua autenticidade como pessoa.

Apesar de *eu* possuir sempre posição de transcendência em relação a *tu*, há interdependência entre eles, e “essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*”. De acordo com o linguista:

Os próprios termos dos quais nos servimos aqui, *eu*, e *tu*, não se devem tomar como figuras mas como formas linguísticas que indicam a “pessoa”. (...) Uma língua sem expressão da pessoa é inconcebível. Pode acontecer

somente que, em certas línguas, em certas circunstâncias, esses “pronomes” sejam deliberadamente omitidos. (BENVENISTE, 2005, p. 287)

Como sugere Benveniste (2005, p. 278 - 279), *eu-tu* situam-se na categoria de pessoa, o que não acontece com *ele*. Não há um pronome próprio para cada locutor, esta apropriação do *eu* se refere somente ao ato da fala, ou seja, à realidade do discurso, o mesmo acontece com o *tu*. É nesse momento, o da instância de discurso, e somente nele que o *eu* se torna pleno de valor.

Neste caso, os pronomes pessoais não se limitam a um conceito, seus significados variam de acordo com as enunciações. Eles foram tomados como dispositivos, pois para Benveniste “um pronome pessoal como *eu* não tem sentido que se possa descrever sem referência ao seu emprego. *Eu* não significa o *sujeito*, trata-se, mais exatamente, do termo com o qual um falante se designa enquanto e somente enquanto esteja falando” (CAVALHEIRO, 2010, p. 57). A base da subjetividade é determinada, portanto, pelo *status* linguístico de “pessoa”. Benveniste (2005, p. 288) afirma que: “Os pronomes pessoais são o primeiro ponto de apoio para revelação da subjetividade na linguagem. Desses pronomes dependem, por sua vez, outras classes de pronomes, que participam do mesmo *status*”, ou seja, como exemplo, os pronomes *eu-tu*, onde o *eu* é subjetivo e o *tu* não-subjetivo, apenas esses seriam os integrantes ativos de um enunciado, o *ele* é considerado não-pessoa, pois pode se referir a qualquer sujeito ou nenhum.

Toda enunciação é, portanto, uma alocução. Desse modo, o locutor necessita de um interlocutor para que exista a interação, ou seja, uma realidade discursiva é criada inserindo o *eu*, determinando o locutor, caracterizado como sujeito no momento da enunciação, que se dirige a um *tu*. Dufour (2000) nos oferece duas ideias do pronome *eu*. Primeiramente, *eu* é quem enuncia *eu* e, também, *eu*, a partir da relação com o *tu* e com o *ele*, é definido negativamente, pois o *eu* não é nem *tu* e nem *ele*: “O prisma formado pelo conjunto “eu”, “tu” e “ele” funciona, de certa maneira, como um dispositivo no interior da língua, que inscreve sempre em seus lugares os alocutários” (DUFOUR, 2000, p. 69). O *ele* não requer obrigatoriamente uma pessoa física para que algo seja predicado. É necessário, pois, que exista um ausente, para que se fale a respeito d’*ele*, assegurando sua presença, diante de sua ausência. “*Ele*, esta simples palavra, realiza pois um imenso prodígio: *ele* faz *ver* aquilo que não está presente. *Elere-presenta* o que está ausente. Em outros termos, *ele* torna possível a cena da representação” (DUFOUR, 2000, p. 90).

Cavalheiro traz uma síntese elucidativa da questão:

Com relação aos índices reveladores da subjetividade, vimos que, para Benveniste, a subjetividade tem seu fundamento no exercício da língua, isto é, o locutor enuncia sua posição no discurso através de determinados *índices formais*. Os pronomes pessoais constituem o primeiro ponto de apoio na revelação da subjetividade na linguagem. Essas formas permitem que o locutor se aproprie da língua e, por um jogo de espelhamento, numa interação linguística, se constitua como sujeito. Não só os pronomes pessoais, mas os advérbios, as locuções adverbiais, os demonstrativos, o tempo verbal são reveladores da subjetividade inerente ao exercício da linguagem, pela relação que têm com a instância de discurso que contém *eu*, indicador de pessoa por excelência. Cada *eu* tem sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único. Assim também *aqui* e *agora*, *hoje* e *amanhã*, que delimitam a instância espacial e temporal coextensiva e contemporânea da presente instância de discurso que contém eu e ainda o tempo presente, que remete necessariamente a uma troca intersubjetiva. (CAVALHEIRO, 2010, p. 60)

Além dos pronomes, há referência aos indicadores de dêixis, esses que são contemporâneos à realidade do discurso e que auxiliam na construção da subjetividade pela perspectiva benvenistiana. Sobre essa referência, temos um importante ponto a ser ressaltado: a questão da temporalidade. De acordo com Benveniste, “não há outro critério nem outra expressão para indicar o ‘tempo em que se *está*’ senão tomá-lo como ‘o tempo em que se *fala*’. Esse é o momento eternamente ‘presente’” (BENVENISTE, 2005, p. 289, destaques do autor). Segundo o autor, da mesma forma que as marcas linguísticas de pessoa, a marca temporal é determinada a cada instância de discurso, sendo atualizada pelo exercício da linguagem, de forma que esteja em consonância com a categoria de pessoa: “Das formas linguísticas reveladoras da experiência subjetiva, nenhuma é tão rica quanto aquelas que exprimem o *tempo*” (BENVENISTE, 2006, p. 70).

Em “A linguagem e a experiência humana”, Benveniste expõe três noções de tempo: físico, crônico e linguístico. Interessa-nos este último, pois “o que o tempo linguístico tem de singular é o fato de estar organicamente ligado ao exercício da fala, o fato de se definir e de se organizar em função do discurso” (BENVENISTE, 2006, p. 74). Da mesma forma que a marca linguística de pessoa e indicadores dêiticos, o *tempo linguístico* refere-se ao exercício da fala, este momento é constantemente situado no “presente”, de modo que “este presente é reinventado a cada vez que um homem fala porque é, literalmente, um momento novo, ainda não vivido” (BENVENISTE, 2006, p. 75). O que foi dito é vinculado à memória e o que ainda não foi dito “se manifesta em prospecção” (BENVENISTE, 2006, p. 75), momentos de discurso que de todo modo relaciona-se para e a partir do presente.

De acordo com Benveniste (2006, p. 77), por vincular-se ao ato de fala, o tempo linguístico se realiza pelo locutor através da apropriação da língua, o que atualiza uma

experiência subjetiva, esta ocorre pois ele e somente ele pode falar por si mesmo, mesmo que o discurso se refira a um acontecimento passado, ele é inerente e relacionado ao presente do locutor. Porém, na instância de discurso, ao falar de si, o *eu* evoca um interlocutor, e este é automaticamente inserido em sua temporalidade; o mesmo ocorre durante a reversibilidade, o que torna o tempo linguístico intrínseco à intersubjetividade e é esta “que torna possível a comunicação linguística” (BENVENISTE, 2006, p. 78).

2. “A Forma da Espada”

Dizem que era severo até a crueldade, mas escrupulosamente justo. Dizem também que bebia: um par de vezes por ano se trancava no quarto do mirante e emergia depois de dois ou três dias como que de uma batalha ou de uma vertigem, pálido, trêmulo, altivo e autoritário como antes. Lembro-me dos olhos glaciais, da enérgica magreza, do bigode cinza. Não se dava com ninguém;(BORGES, 2007, p. 109).

O conto *A forma da espada*, em linhas gerais, trata de uma narrativa a respeito de como um dos personagens, o Inglês, conseguiu sua cicatriz. Enquanto ele conta sua história, narra com alguns detalhes sua vida como partidário em busca da independência da Irlanda e de como conheceu Vincent Moon. Primeiramente, faz-se necessário nomearmos os personagens principais do conto: narrador-personagem, Inglês e John Vincent Moon. O conto é iniciado pelo narrador-personagem descrevendo o Inglês de acordo com o que comentavam a respeito dele: “O inglês vinha da fronteira, do Rio Grande do Sul; não faltou quem dissesse que no Brasil tinha sido contrabandista” (BORGES, 2007, p. 109). Ele possuía uma cicatriz em seu rosto, e seu nome verdadeiro não era importante, ele era conhecido como o Inglês de La Colorada. Para conseguir comprar os campos dos quais tornou-se dono, confiou a Cardoso, o proprietário, a história de sua cicatriz, e é em torno dela que a narrativa se constrói. Aqui podemos perceber uma primeira caracterização, pois, inicialmente, o narrador se refere ao personagem implicitamente como *ele*. Há presença da não pessoa benvenistiana, pois aquele está ausente do discurso, tornando-se presente apenas pela fala do narrador-personagem. E como ocorre uma fala a propósito deste terceiro, o narrador implica um *tu* ouvinte. Uma possibilidade é que o *eu* do narrador se desdobre em *tu*, ou seja, o narrador pode estar “falando” consigo mesmo ao lembrar a respeito do Inglês e de como o conheceu; outra possibilidade é que o *tu* seja o leitor. Desta forma, a narrativa parece alternar entre o discurso

do narrador personagem e seu ouvinte externo (o leitor ou o *eu* desdobrado em *tu*), e seu ouvinte interno (o Inglês).

No segundo parágrafo do conto, o narrador-personagem narra sua experiência em relação ao encontro com o Inglês. Neste momento, como locutor, subjetiva-se ao designar-se como *eu* (ainda que de forma implícita) no discurso: “A última vez que [eu] percorri os distritos do Norte, uma enchente do riacho Caraguatá obrigou-me a passar a noite em La Colorada” (BORGES, 2007, p. 110). Benveniste afirma:

Há, pois, nesse processo uma dupla instância conjugada: instância de *eu* como referente, e instância de discurso contendo *eu*, como referido. A definição pode, então, precisar-se assim: eu é o ‘indivíduo que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância linguística eu’. (BENVENISTE, 2005, p. 279)

Ainda no segundo parágrafo, o narrador-personagem novamente se coloca como locutor e se propõe como sujeito, desta vez, em relação à conversa com o Inglês, pois fala de si e se refere a ele (o Inglês) como terceira pessoa, expondo um discurso indireto no qual relata o comentário do seu interlocutor:

Depois de poucos minutos [eu] acreditei ter notado que minha presença era inoportuna; procurei cair nas graças do Inglês; lancei mão da menos perspicaz das paixões: o patriotismo. Disse que um país com o espírito da Inglaterra era invencível. Meu interlocutor assentiu, mas acrescentou com um sorriso que ele não era inglês. Era irlandês, de Dungarvan. Dito isso, deteve-se, como se tivesse revelado um segredo. (BORGES, 2007, p. 110)

No quarto parágrafo, o narrador-personagem interroga o Inglês a respeito de sua cicatriz. Nesta passagem, o Inglês aparece novamente como *ele*: “A cara do Inglês demudou; durante uns segundos pensei que ia me expulsar da casa” (BORGES, 2007, p. 110). Esta fala introduz um discurso direto, o narrador-personagem passa a palavra ao Inglês: “Por fim, disse-me com a voz habitual: *Vou lhe contar a história de meu ferimento sob uma condição: a de não atenuar opróbrio algum, nenhuma circunstância de infâmia*” (BORGES, 2007, p. 110). Aqui, é o Inglês como locutor que se propõe como sujeito, ainda que, como citado anteriormente, este *eu* esteja implícito, pois “dizendo eu, não posso deixar de falar de mim” (BENVENISTE, 2005, p. 250). E, dessa forma ocorre a reversibilidade, o narrador-personagem, que inicialmente se refere ao Inglês como seu interlocutor, torna-se o *tudeste*. Sendo assim:

Essa condição de diálogo é que é constitutiva da noção de pessoa, pois implica em reciprocidade – que eu me torne tu na alocação daquele que por sua vez se designa por eu. [...] A linguagem só é possível porque cada

locutor se apresenta como sujeito, remetendo a ele mesmo como eu no seu discurso (BENVENISTE, 2005, p. 286).

Após o Inglês dizer ao narrador-personagem que lhe contaria a história da sua cicatriz, o narrador toma a palavra: “Assenti. Esta é a história que contou, alterando o inglês como espanhol, e também com o português:” (BORGES, 2007, p. 110) para depois passá-la novamente ao Inglês. É de se destacar o enunciado: ‘Esta é a história que contou’, bem como aos dois pontos ao fim da citação, pois é provável que tanto o Inglês se torne o narrador contando sua história, como ela pode ser transmitida pelo próprio narrador-personagem, mantendo-se fiel à fala do Inglês. Consideraremos a primeira possibilidade. Nessa parte, o Inglês narra a história de sua cicatriz e como conheceu John Vincent Moon.

Logo no início já percebemos a presença da pessoa subjetiva: “Por volta de 1922, numa das cidades de Connaught, *eu* era um dos muitos que conspiravam pela independência da Irlanda” (BORGES, 2007, p. 110, grifo nosso). Aqui, o Inglês demonstra a passagem de locutor a sujeito, colocando-se como *eu* em seu discurso ao falar de si mesmo. E ao falar de Vincent Moon: “Num entardecer de que não me esquecerei, chegou-nos um partidário de Munster: um tal de John Vincent Moon”, esse passa a ocupar a posição do *ele*. De acordo com Dufour (2000, p. 90), esta simples palavra realiza um imenso prodígio: *ele* faz “ver” aquilo que não está presente. E ainda:

Eu apressei o passo; meu camarada não me seguiu. Virei-me: John Vincent Moon permanecia imóvel, fascinado e como que eternizado pelo terror. Então voltei, derrubei de um golpe o soldado, sacudi Vincent Moon, insultei-o e lhe ordenei que me seguisse. Tive de pegá-lo pelo braço; a paixão do medo o paralisava (BORGES, 2007, p. 112).

Durante quase todo decorrer da narrativa, as passagens em que o Inglês conta sua história, ele continua posicionando-se como *eu*, o narrador-personagem como *tu*, enquanto Vincent Moon permanece como *ele*, exceto quando o Inglês cita uma fala de Moon, exposta no conto em discurso direto: “De repente balbuciou com perplexidade: *Mas o senhor se arriscou abertamente* (BORGES, 2007, p. 112)”. Isso se dá apenas nesta passagem, no mais, tudo é narrado em discurso indireto. Interessa-nos saber que este terceiro ocupa um papel muito importante na história do Inglês, essa que se refere principalmente ao contato e convivência com ele. Na passagem:

Então compreendi que sua covardia era irremediável. Pedi-lhe sem jeito que se cuidasse e me despedi. Aquele homem com medo me envergonhava, como se fosse eu o covarde, não Vincent Moon. O que um homem faz é como se todos os homens o fizessem. Por isso não é injusto que uma desobediência num jardim contamine a todos; por isso não é injusto que a crucificação de um único judeu baste para salvar todo o gênero humano.

Talvez Schopenhauer tenha razão: eu sou os outros, qualquer homem é todos os homens, Shakespeare é de algum modo o *miserável* John Vincent Moon (BORGES, 2007, p. 113, grifo nosso).

Podemos perceber um tom de desprezo do Inglês ao falar de Moon, chamando-o de covarde e miserável, reprovando suas atitudes. De acordo com Benveniste, há dois valores de *ele*, pode-se atribuir a *ele* tanto reverência como desprezo, e ainda: “De sua função de forma não pessoal, a ‘terceira pessoa’ tira essa capacidade de tornar-se tanto uma forma de respeito, que faz de um ser mais que uma pessoa, quanto uma forma de ultraje, que pode aniquilá-lo enquanto pessoa” (BENVENISTE, 2005, p. 254). Isso pode ser percebido com tom de ironia também ao fim do conto, é quando fica clara a importância de Vincent Moon na história contada pelo Inglês, na qual, Moon teria sido seu algoz:

Moon, na biblioteca, falava com alguém; o tom da voz me fez compreender que falava pelo telefone. Depois, ouvi meu nome; depois que eu regressaria às sete, depois a indicação de que me prendessem quando atravessasse o jardim. Meu razoável amigo estava razoavelmente me vendendo. Ouvi-o exigir algumas garantias de segurança pessoal (BORGES, 2007, p. 114).

Após o “Inglês” descobrir que Vincent Moon havia lhe denunciado, o perseguiu e o encurralou, marcando-lhe o rosto com um alfanje, uma meia-lua de aço. Em um discurso direto se dirige ao seu interlocutor, o narrador-personagem: “*Borges: ao senhor, que é um desconhecido, fiz esta confissão. Não me magoa tanto o seu menosprezo*” (BORGES, 2007, p. 115). Neste momento, descobre-se que o narrador-personagem se chama Borges, esse que, após esta fala, retoma a sua posição como narrador e *eu* do discurso: “Aqui o narrador (*no caso, o Inglês*) se deteve. Notei que lhe tremiam as mãos” (BORGES, 2007, p. 115, grifo nosso). Após esta passagem, há presença do diálogo como discurso direto situado no texto: “*E Moon? – Indaguei-lhe / Recebeu os dinheiros de judas e fugiu para o Brasil. Naquela tarde, na praça, viu uns bêbados fuzilarem um manequim*” (BORGES, 2007, p. 115). O personagem Borges retoma a fala como narrador: “Aguardei em vão a continuação da história. Por fim, disse-lhe que prosseguisse”, “Então um gemido o atravessou; então me mostrou com ligeira doçura a curva cicatriz esbranquiçada” (BORGES, 2007, p. 115). Outra vez, em discurso direto, o Inglês se posiciona como locutor, e proferindo um enunciado, automaticamente se torna sujeito da enunciação, implicando um *tu* como ouvinte: “*O senhor acredita em mim? – balbuciou. – Não vê que trago inscrita no rosto a marca da minha infâmia? Conte-lhe a história deste modo para que o senhor a escutasse até o fim. Eu denunciei o homem que me amparou: eu sou Vincent Moon. Agora pode me desprezar*” (BORGES, 2007, p. 115). É nesta passagem que se percebe que a história do Inglês é narrada

por ele como se Vincent Moon fosse um terceiro. O *ele* na verdade é *eu*. O Inglês, na realidade, é Vincent Moon. Aqui temos a presença do duplo como *eu* que se desdobra em *ele*. O Inglês, ao falar de si mesmo, se coloca como um *outrono* enunciado e não apenas por referência, mas como outro indivíduo, provavelmente, por desprezar seus atos. Ele se torna a vítima e Vincent Moon seu algoz, sendo que ele foi o carrasco de um outro que não se sabe quem realmente foi.

3. “O outro”

O conto “O outro” narra o encontro do personagem Borges consigo mesmo, porém mais jovem, não somente, pois este contato acontece estando ambos em lugares e tempos diferentes. Para o Borges mais velho, a situação ocorre em fevereiro de 1969, em Cambridge e para o Borges jovem, com menos de vinte anos, isso se deu em Genebra, porém, os dois estavam sentados em um banco de praça. O Borges mais velho é o narrador do conto, e ele registra o acontecimento por escrito em 1972.

Borges mais velho, então, teve um *dejá-vu*, que é a sensação de já ter vivido um momento anteriormente. Na outra ponta do banco em que estava sentado, alguém também sentou, ele reconheceu a voz que cantarolava, e iniciou o diálogo: “- *O senhor é uruguaio ou argentino?*”/ “- *Argentino, mas desde os catorze anos moro em Genebra*” – foi a resposta./ “- *No número 17 de Malagnou, em frente à igreja russa?*” Respondeu que sim./ “- *Nesse caso – disse-lhe resolutamente – o senhor se chama Jorge Luis Borges. Eu também sou Jorge Luis Borges. Estamos em 1969, na cidade de Cambridge.*”/ “- *Não – respondeu com minha própria voz um pouco distante.*”/ Depois de certo tempo insistiu: “- *Eu estou aqui em Genebra, num banco, a alguns passos do Ródano. O estranho é que nos parecemos, mas o senhor é muito mais velho, com a cabeça cinza*” (BORGES, 2009, p. 8). No trecho citado, Borges mais velho inicia o diálogo determinando Borges jovem como um *tu*, portanto há presença da reversibilidade entre os interlocutores, cada locutor se propõe como sujeito no momento em que fala, porque fala de si para um outro, o que é explícito no enunciado: “*o senhor se chama Jorge Luis Borges. Eu também sou Jorge Luis Borges*”. Ademais, há a presença do duplo, pois os dois Borges são uma versão mais nova e outra mais velha do mesmo homem, em espaços e tempos diferentes, tempo este que, apesar de cronicamente e fisicamente distinto, é marcado por ser o tempo linguístico, momento em que ocorrem os enunciados, ou seja, o diálogo entre os personagens.

O conto segue com Borges mais velho tentando provar ao seu interlocutor quem é e o que está havendo, embora o jovem Borges acredite que o encontro não se passa de um sonho:

- Essas provas não provam nada. Se eu o estiver sonhando, é natural que eu saiba o que sei. Seu catálogo prolixo é completamente inútil.
- Se esta manhã e este encontro forem sonhos, cada um dos dois tem de pensar que o sonhador é ele. Talvez deixemos de sonhar, talvez não. Nossa obrigação evidente, enquanto isso, é aceitar o sonho, como aceitamos o universo e ter sido gerados e olhar com os olhos e respirar (BORGES, 2009, p. 9).

É possível que o encontro seja de fato um sonho do Borges jovem ou, pelo cansaço ao qual o narrador Borges se refere, o encontro com o seu duplo seja fruto de sua imaginação, algo ocasionado por memórias de seu passado, fazendo com que ele mesmo, através de suas lembranças, torne-se seu próprio interlocutor. Nesta conversa, ambos dividem suas experiências, Borges mais novo fala de seu presente e Borges mais velho fala de seu passado, ou seja, sobre o que acontecerá no futuro de seu interlocutor.

Por vezes, já que Borges, o narrador, afirma ter escrito a respeito da experiência em 1972, como se dirigisse a um *tu*, desta vez o leitor, situa o jovem Borges como *ele*, bem como expõe sua subjetividade enunciando o pronome *eu* e falando de si mesmo: “Notei que mal prestava atenção em mim. O medo elementar do impossível e no entanto verdadeiro assustava-o. Eu, que não fui pai, senti por aquele pobre rapaz, mais íntimo que um filho de minha carne, uma onda de amor” (BORGES, 2009, p. 11). A questão sobre o encontro ser um sonho ou não, persiste. Havia durado tempo demais para ser apenas um sonho e era uma situação anormal o suficiente para durar um pouco mais. Quando Borges mais velho mostra uma nota americana, o jovem se surpreende ao ver a data de 1964. Cédulas de banco não são datadas. O que propõe que de fato, o Borges jovem sonhava com seu duplo, ou seja, consigo mais velho, esse que afirma que o encontrou em vigília:

Meditei muito sobre aquele encontro, que não contei a ninguém. Acredito ter descoberto a chave. O encontro foi real, mas o outro conversou comigo um sonho e por isso pôde me esquecer; eu conversei com ele na vigília e a lembrança ainda me atormenta. (BORGES, 2009, p 16)

Na passagem citada, pode-se observar na fala do velho Borges a passagem de locutor a sujeito, propondo-se através do *eu*, novamente citando seu duplo como *ele*, o outro, esse que está ausente do discurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o estudo destes dois contos em que a alteridade se faz presente, foi possível desenvolver, a partir deles, análises acerca da questão da relação do eu e do outro, presente na obra de Jorge Luis Borges. Em ambos os contos, estas relações ocorrem com duplos.

Em “A forma da espada”, o Inglês, ao contar sua história, cita dois indivíduos em seu enunciado, ele mesmo e *um outro*, porém, ainda que fale de si mesmo, inverte os papéis, provavelmente, por desprezar seus atos. De acordo com Julio França (2009, p. 8), a manifestação do duplo pode estar relacionada com a autoconsciência do sujeito, seja de modo positivo ou negativo, o segundo, presente no conto, pois o Inglês se reserva poupando os demais de sua história, ao contá-la ao seu interlocutor, perceptivelmente reconhece seus atos e os julga. No conto “O outro”, Borges, ao encontrar consigo mesmo mais jovem, percebe tanto semelhanças quanto diferenças em relação a quem era e a quem tornou-se, portanto ainda que seja o mesmo, não o é.

Nos contos, é possível para os personagens uma reflexão a respeito de sua vida e de seus atos, pois ainda que os protagonistas demonstrem certo desconforto perante o encontro consigo mesmos, independente de ser através de lembranças, relatos, sonho ou vigília, este contato propicia o “olhar para dentro”. Dessa forma percebe-se que, de modo geral, para conhecer a si mesmo, é necessário o contato com o outro, pois ao mesmo tempo em que se observa alguém, como um espelhamento, observa a si mesmo. Na análise, o diálogo dos contos com a teoria da enunciação de Benveniste demonstra a importância da linguagem na constituição do sujeito, o que se dá a partir da alteridade, da intersubjetividade, propondo sua subjetividade denominando-se *eu*.

REFERÊNCIAS

Livros de contos de Borges:

BORGES, Jorge Luis. *Cuentos completos*. Barcelona, Espanha: Penguin, De Bolsillo, 2015.

_____. *O livro de areia*. (1975). Trad. Davi Arrigucci Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *Ficções*. (1944). Trad. Davi Arrigucci Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Outras obras de Borges:

_____. *Ensaio autobiográfico*. (1899-1970). Trad. Maria Carolina de Araújo e Jorge Schwartz. São Paulo: Companhia das Letras, 2009a.

Textos críticos e teóricos:

BENVENISTE, Émile. “Estrutura das relações de pessoa no verbo”. (1946). In: *Problemas de linguística geral I*. Trad. Maria Novak e Maria Neri. Campinas, SP: Pontes Editora, 2005.

_____. “A natureza dos pronomes”. (1956). In: *Problemas de linguística geral I*. Trad. Maria Novak e Maria Neri. Campinas, SP: Pontes Editora, 2005a.

_____. “Da subjetividade na linguagem”. (1958). In: *Problemas de linguística geral I*. Trad. Maria Novak e Maria Neri. Campinas, SP: Pontes Editora, 2005b.

_____. “As relações de tempo no verbo francês”. (1959). In: *Problemas de linguística geral I*. Trad. Maria Novak e Maria Neri. Campinas, SP: Pontes Editora, 2005c.

_____. “A linguagem e a experiência humana”. (1965). In: *Problemas de linguística geral II*. Trad. Marco Escobar. Campinas, SP: Pontes Editora, 2006.

_____. “O aparelho formal da enunciação”. (1970). In: *Problemas de linguística geral II*. Trad. Marco Escobar. Campinas, SP: Pontes Editora, 2006a.

CAVALHEIRO, Juciane. *Literatura e enunciação*. Manaus: UEA Edições, 2010.

_____. O eu e o outro na enunciação de Jorge Luis Borges. *Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso*. ISSN 2176-4573, [S.l.], v. 10, n. 1, p. Port. 75-86 / Eng. 80-92, abr. 2015. ISSN 2176-4573. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/20825>>. Acesso em: 09 maio 2017.

DUFOUR, Robert-Dany. *Os mistérios da trindade*. Rio de Janeiro: Companhia Freud, 2000.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.

FLORES, Valdir do Nascimento. *Introdução À Teoria Enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.

MANGUEL, Alberto. “Borges apaixonado”. In: *No bosque do espelho: ensaio sobre as palavras e o mundo*. Trad. Pedro Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SARLO, Beatriz. *Jorge Luis Borges, um escritor na periferia*. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CUNHA, Carla. *Duplo*. In: CEIA, Carlos. *E-Dicionário de termos literários*. Disponível em: <<http://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/duplo/>>. Acesso em: 14 ago. 2018.

PIGLIA, Ricardo. *Formas breves*. Tradução José Marcos Mariani de Macedo. – São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FRANÇA, Julio. *O insólito e seu duplo*. In: *O insólito e seu duplo*. Organizadores: Flávio García / Marcus Alexandre Motta. – Coleção Clepsidra. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.